

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE PORTO ALEGRE

Roseli Belmonte Machado¹
Sandro Machado²
Natacha da Silva Tavares³
Araton Campello⁴
José Paulo Reichenbach⁵
Flávia Fernandes⁶

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Políticas Públicas; Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas podem ser entendidas como a atuação do braço do Estado nas várias instâncias do tecido social, pois manifestam um modo de governo. São traduzidas em maneiras de conduzir e de governar não apenas a disposição das coisas, as instituições, mas os diversos sujeitos. A escola, gestada no ideário da Modernidade como um modo de disciplinar os sujeitos para um ideal de sociedade que se formava na época (FOUCAULT, 2007; VARELA, ALVAREZ-URIA, 1999), continua mantendo uma relação de imanência com os desígnios de governo. Para Veiga-Neto (2006) a escola permanece como uma das maiores produtoras de subjetividades e, assim a percebemos como encarregada de produzir sujeitos adequados a racionalidade governamental vigente. Talvez, por esse motivo, as políticas públicas como um todo são, quase sempre, direcionadas à escola ou aos sujeitos que a constituem. Assim, os professores passam a ser aqueles que são conduzidos a cumprir os desígnios de um modelo de governo, de escola e de sociedade pensado e estruturado dentro de uma racionalidade (AQUINO, 2012). Essa condução, em nossa percepção é feita, na maioria das vezes, por políticas de formação que se destinam aos professores.

Imersos nesse modo de entender a importância das políticas públicas, em especial a de formação de professores para o estabelecimento de um ideal de sociedade, de educação e de vida, nos propomos a investigar como algumas políticas públicas atingem e produzem efeitos em um grupo de professores de uma escola estadual da cidade de Porto Alegre/RS que trabalham com a disciplina de Educação Física. A articulação de autores que trabalham em uma perspectiva pós-estruturalista na pesquisa em educação é o que nos embasa teoricamente. Nessa perspectiva entendemos que as políticas de formação de professores atuam como produtoras de sujeitos particulares – produzindo-os, ao mesmo tempo em que é parte de estratégias de regulação e governo dos diversos atores sociais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi a de natureza qualitativa através de Estudo de Caso, desenvolvido em uma escola pública estadual que continha os três níveis de escolaridade da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. O estudo de caso, como lembra Kresburg Molina, (1999), “não é em si uma eleição metodológica; é, sobretudo, a eleição de um objeto a estudar (p.95)”. Para a autora o estudo de caso qualitativo pode ser entendido como um processo de análise e descrição de algum fenômeno de forma complexa e compreensiva, num determinado espaço de tempo. O material de análise foi composto por dois conjuntos de informações: excertos de entrevistas realizadas com professores e o exame de documentos governamentais e da escola. A coleta de dados com os professores foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, abrangendo dois professores



de Educação Física (EF) de séries finais do Ensino Fundamental, um professor de EF de Ensino Médio e professores unidocentes da Educação Infantil (duas professoras) e das séries iniciais do Ensino Fundamental (duas professoras). Também compôs o *corpus* da pesquisa a análise dos seguintes documentos: Projeto Pedagógico da Escola, Planos de Ensino dos professores que participarem da entrevista, Parâmetros Curriculares Nacionais, Matriz de Referência da Prova Docente do Ministério da Educação, Resolução número 07 de 14 de dezembro de 2014 do Ministério da Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) e Lei nº 8.747, de 21 de Novembro de 1988, Rio Grande do Sul.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

De posse das entrevistas e dos documentos selecionados para o estudo, percebemos muitas questões que mereciam ser problematizadas. Dentre as discussões realizadas, destacamos: a formação continuada dos professores; as aulas de EF ministrada por professores unidocentes; o currículo das aulas de EF e as diversas políticas que regulam o fazer docente.

Em relação a formação continuada dos professores, notamos que os professores não se sentem preparados, a partir de suas formações iniciais, para lidar com as demandas exigidas pelo seu cotidiano escolar, bem como pelas exigências presentes nos documentos que regulam os currículos. Tal situação impulsiona os professores a procurarem formação em suas escolas – dificilmente oferecida – ou informação com seus colegas ou ainda em livros e *sites* da internet.

Sobre as aulas de (EF) ministrada por professores unidocentes, esclarecemos que a Resolução 07/2010 do Ministério da Educação reforça a ideia de que as aulas de EF podem ser realizadas por professores chamados de regentes de classe, os quais nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul são popularmente nomeados como unidocentes. Nessa perspectiva notamos que há um descontentamento por parte desses professores e dos professores de EF da escola estudada. Os unidocentes sentem-se despreparados para ministrar as aulas de EF e acabam optando por realizar recreação com os alunos. Já os professores de EF relatam que os alunos, oriundos das séries iniciais que tiveram EF com os unidocentes, chegam às séries finais com uma defasagem motora.

A respeito do currículo da EF nessa escola, os professores relatam que gostariam de trabalhar outros elementos além daqueles comumente abordados, contudo, afirmam que por um despreparo, nem sempre conseguem atingir o que é esperado. Nessa situação, o currículo desenvolvido nas aulas torna-se extremamente restrito e repetitivo. Silva (2001) nos ajuda a entender que as verdades e o próprio currículo são construções que se estabelecem atendendo a uma época e a uma finalidade e, em boa medida, são atreladas a relações de poder. Quando escolhemos trabalhar algumas coisas em detrimento de outras, isso não é aleatório.

No que concerne às políticas de formação de professores, gostaríamos de ressaltar que, cotidianamente, novas leis, resoluções, planos de formação e ações são estruturadas para regular o fazer dos professores. Como exemplo recente, trazemos a implantação de uma Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente que está sendo elaborada pelo Ministério da Educação e que será um modo de controlar a formação de professores. Essas políticas mobilizam os professores a buscarem qualificação e a atender os seus desígnios. Contudo, na maioria das vezes, não se traduzem em elementos que realmente cheguem até os professores e as escolas no sentido de melhorar sua estrutura ou de garantir um acesso a uma educação e a informação de qualidade.



CONCLUSÕES

Como apontamentos finais, gostaríamos de pensar que a discussão não está encerrada. Pelo contrário, desejamos que mais pesquisas sejam mobilizadas no intuito de compreender como as políticas de formação de professores se estabelecem, regulam o fazer docente, mas, ao mesmo tempo, não se constituem como uma real estrutura para o professor. Parece que o movimento das políticas é para que o professor trabalhe em prol dos desígnios de uma racionalidade, mas em contrapartida, nada lhe é oferecido.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Julio Groppa. Da “crise” da educação formal ao fulgor dos processos de governamentalização educacional. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. *Anais*. - UNICAMP - Campinas – 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*, 5ª Ed. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs. Educação Física 1º e 2º ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRAISL, Ministério da Educação. *Resolução 07 de 14 de dezembro de 2010*. Brasília: MEC/CNE.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Matriz de Referência da Prova Docente*, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- KREUSBURG MOLINA, R. M. O enfoque teórico metodológico e o estudo de caso: uma reflexão introdutória, in MOLINA NETO, V. e TRIVIÑOS, A. *A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS e Sulina, 1999.
- RIO GRANDE DO SUL, Lei nº 8.747, de 21 de Novembro de 1988. *Diário Oficial do Estado, Poder Legislativo*, Porto Alegre, RS, 21 de Novembro. 1988. p.147-149.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.
- VARELA, Julia., ALVAREZ-URIA, Fernando. A Maquinaria escolar. *Teoria & Educação*. São Paulo, n. 6, p.68-96, 1992.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.13-38.

¹ Professora do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutoranda em Educação pelo PPGEDU/ UFRGS. robelmont@yahoo.com.br

² Pós-graduando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. FACED/UFRGS. Graduado em Educação Física pelo IPA/Porto Alegre. E-mail: sandrodarione@gmail.com

³ Graduada em Educação Física - Licenciatura pela Escola de Educação Física ESEF/UFRGS. Graduanda em Educação Física- Bacharelado pela ESEF/UFRGS. natacha_760@hotmail.com

⁴ Graduando em Educação Física - Licenciatura pela Escola de Educação Física ESEF/UFRGS. campello271@gmail.com

⁵ Graduado em Educação Física - Licenciatura pela ESEF/UFRGS. zepaulop@outlook.com

⁶ Graduada em Educação Física - Licenciatura pela ESEF/UFRGS. Graduanda em Educação Física- Bacharelado pela ESEF/UFRGS. flaviafernandes@hotmail.com